

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 Constitui objeto deste termo de referência, abertura de processo para aquisição de materiais para IRRIGAÇÃO em área de ESTUFAS, da Estação de Pesquisa em Agroecologia CPRA do IDR-Paraná em Pinhais, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	tubo PLLBD DN 16 PN 30 (m)	300	1,40	420,00
02	tubo PELBD DN 16 PN 40 (m)	100	1,55	155,00
03	mangueira perfurada 15 cm (m)	300	1,23	369,00
04	Microtubo 4 x 6 mm (m)	100	0,90	90,00
05	registro inicial de linha com schula (unidade)	20	4,30	86,00
06	microaspersor invertido (unidade)	100	3,5	350,00
07	conectores para microtubo (unidade)	100	0,35	35,00
08	estacas para microaspersor (unidade)	100	1,10	110,00
Valor total				1.615,00

1.2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1) Os tubos deverão ter dimensão interna de 16 mm, espessura de parede de 0,85 mm, PN 30, e ser fabricados com resinas virgens certificadas e aditivadas contra os raios UV, segundo rigoroso controle de qualidade em atendimento às normas técnicas vigentes.

2) os tubos deverão ter dimensões internas de 14,2 mm. Serem Produzidos sob a norma ISO 9261, elevada resistência a danos mecânicos e aos produtos químicos comumente utilizados na agricultura e ter alta estabilidade contra raios ultra violetas. Pressão Máxima de Trabalho (BAR): 4.

3) as mangueiras deverão ser pré furadas a laser de 15 em 15 cm, ter espessura de parede de 0,2 mm, diâmetro interno de 28,5 mm e ser de polietileno.

4) o microtubo deverá ser fabricado em PVC 100% de material virgem e nas dimensões de 4 x 6 mm.

5) os registros deverão ser fabricados com material 100% virgem, sendo os conectores Iniciais Com Registro de 13.8mm x 16mm e as Chulas 13.8mm x 16mm.

6) os microaspersores deverão apresentar vazão de 170 a 495 litros/hora de acordo com o bocal selecionado; Pressão recomendada: 1,03 a 1,72 bar; Conexão Rosca Macho NPT de 1/2 polegada; Garantia de 2 anos.

7) os conectores deverão ser em Polietileno Linear de Baixa Densidade, para microtubos de 4,0 mm.

8) As estacas deverão ser em Polietileno Linear de Baixa Densidade, com 40 cm de comprimento, própria para encaixar conector 4 x 7 mm.

– DO FORNECIMENTO

A CONTRATADA deverá ter disponibilidade e capacidade de fornecimento dos produtos em uma única etapa, após a emissão do empenho no quantitativo requisitado, no Almoxarifado do IDR Paraná, localizado na Estrada da Graciosa número 6960, Pinhais, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8h30 às 12h00 e das 13h30min às 16h00min.

2 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Justificamos, para os fins necessários, a essencialidade da compra dos referidos materiais para uso em área de Olerícolas em ESTUFAS na Estação de Pesquisa em Agroecologia do IDR-Paraná em Pinhais. Estas olerícolas são partes de projeto conjunto de pesquisa e extensão realizadas na fazenda.

3– PESQUISA DE PREÇOS:

2.1 - Cotações de fornecedores;

2.2 - A planilha de formação de preços será elaborada e assinada pelo servidor responsável pelo levantamento dos orçamentos.

2.3- O valor total máximo estimado para a eventual contratação é de **R\$: 1.615,00**

3 – CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1 – Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. No presente processo, não encontramos três fornecedores que atendessem o artigo acima.

4 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações do Contratado:

4.1.1 - efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos (se houverem), acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: qualidade e teor de umidade do material.

4.1.2 - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.3 - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4 - comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5 - manter durante toda a vigência da operação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da compra;

4.2 – São obrigações da Contratante:

4.2.1 - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

4.2.2 - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contidas neste Termo de Referência e os termos de sua

proposta;

- 4.2.3** - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto adquirido, com as especificações constantes do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.2.4** - comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 4.2.5** - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados, a quem caberá subsidiar o gestor para atesto das faturas apresentadas;
- 4.2.6** - efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo e seus anexos;
- 4.2.7** - efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 4.2.8** - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 4.2.9** - comunicar oficialmente à CONTRATADA, quando for necessário acrescer ou suprimir o objeto contratado, na forma definida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022;
- 4.2.10** - A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5 – FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1** - Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e as certidões negativas de débito com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para fornecedores sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
- 5.2** - Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.
- 5.2.1** - Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.
- 5.3** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM=encargos moratório

N Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira= 0,00016438

I= (TX) percentual de taxa anual= 6%

I= (6/100)/365

5.4 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os repectivos normativos

5.5 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos efetivamente adquiridos.

7- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos em legislação vigente

8- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

São aquelas previstas em legislação vigente

Pinhais, 30 Outubro de 2023

Clóvis Roberto Hoffmann

Coordenador de Estação de Pesquisa